

Educação em memória e suas relações com o saber

Memory education and its relations with knowledge

Educación en memoria y sus relaciones con el saber

Vera Alves Crispim Capucho¹, Genilson Cordeiro Marinho²

Universidad Nacional de La Plata/Argentina

Resumo

O artigo apresenta resultados da investigação cujo objetivo consistiu em compreender as relações com o saber estabelecido pelos egressos da Educação Básica com a memória da ditadura civil-militar brasileira. Desde as contribuições postas pela pedagogia histórico-crítica e pelos estudos de Bernard Charlot toma como referência epistemológica a relação dialética entre a história social e singular dos sujeitos para problematizar as tensões e contradições postas por realidades plurais que se apresentam em ambientes formais de educação. Tendo como sujeitos da investigação jovens do Projeto Socioeducativo Cursinho Popular e fazendo uso de questionários estruturados valeu-se da posição social objetiva dos sujeitos investigados para agrupamento dos dados, os quais desde uma perspectiva dialética foram tratados em sua pertinência quantitativa e qualitativa. As conclusões apontam que a relação com o saber também é uma relação com o mundo e que para as camadas populares a educação em memória implica em possibilidade de relacionar-se com a renúncia de uma memória que não afirme seus interesses, que negue seus direitos e impossibilite ocupar um lugar enquanto agente histórico que interage com o mundo e com os outros.

Palavras-chave: Educação, Políticas de memória, Relações com o saber, Ditadura militar.

Abstract

The article presents results of the investigation whose objective was to understand the relations with knowledge established by the graduates of Basic Education with the memory of the Brazilian civil-military dictatorship. From the contributions made by historical-critical pedagogy and by Bernard Charlot's studies, it takes as epistemological reference the dialectical relation between the social and singular history of the subjects to problematize the tensions and contradictions posed by plural realities that present themselves in formal environments of education. Having as research subject young people of the Socioeducational Project Popular Course and making use of structured questionnaires, the objective social position of the subjects investigated was used to group the data, which from a dialectical perspective was treated in its quantitative and qualitative pertinence. The conclusions point out that the relationship with knowledge is also a relation with the world and that, for the popular classes, education in memory implies the possibility of relating to the renunciation

1 Doutoranda em Ciências da Educação na Universidade Nacional de La Plata/Argentina, Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduação e Licenciatura Plena em História pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos Humanos-NEPEDH/UFPE e membro do Grupo de Pesquisa Teorias e Fundamentos da Educação – GPTeFE/UFSCar. E-mail: veracapucho.nepedh@gmail.com

2 Doutorando em Ciências da Educação na Universidade Nacional de La Plata/Argentina, Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduação e Licenciatura Plena em História pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos Humanos-NEPEDH/UFPE e membro do Grupo de Pesquisa Teorias e Fundamentos da Educação – GPTeFE/UFSCar. E-mail: marinhonepedhufpe@gmail.com

of a memory that does not affirm its interests, that denies its rights and make it impossible to occupy a place as a historical agent that interacts with the world and with others.

Keywords: Education, Relations with knowledge, Policies of memory, Military dictatorship.

Resumen

El artículo presenta resultados de la investigación cuyo objetivo consistió en comprender las relaciones con el saber establecido por los egresados de la Educación Básica con la memoria de la dictadura civil-militar brasileña. Desde las contribuciones puestas por la pedagogía histórico-crítica y por los estudios de Bernard Charlot toma como referencia epistemológica la relación dialéctica entre la historia social y singular de los sujetos para problematizar las tensiones y contradicciones puestas por realidades plurales que se presentan en ambientes formales de educación. En el marco de la investigación juvenil del Proyecto Socioeducativo Curso Popular y haciendo uso de cuestionarios estructurados se valió de la posición social objetiva de los sujetos investigados para agrupar los datos, los cuales desde una perspectiva dialéctica fueron tratados en su pertinencia cuantitativa y cualitativa. Las conclusiones apuntan que la relación con el saber también es una relación con el mundo y que para las capas populares la educación en memoria implica la posibilidad de relacionarse con la renuncia de una memoria que no afirme sus intereses, que niegue sus derechos y imposibilita ocupar un lugar como agente histórico que interactúa con el mundo y con los demás.

Palabras claves: Educación, Políticas de memoria, Relaciones con el saber, Dictadura militar.

Introdução

A sociedade brasileira é constantemente instada a dialogar com um passado que não passa e que traz as marcas de graves violações aos direitos humanos, quer pela perpetuação da violência em nossa sociedade, quer pela permanência (in)visível de práticas instauradas durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira e ainda presentes em diferentes instâncias sociais.

Conforme destacado por Soares (2013) o fortalecimento da democracia impulsiona a demanda pela proteção da memória com foco na rejeição das graves violações aos direitos humanos e, sob esta ótica, o presente artigo busca problematizar, desde o campo educacional, a transmissão da memória às gerações futuras, tomando como referência as contribuições dos estudos empreendidos pelo sociólogo francês Bernard Charlot sobre as relações com o saber.

Em consonância com o referencial destacado são apresentados os resultados da investigação realizada junto a jovens egressos da Educação Básica participantes do Projeto Socioeducativo Cursinho Popular sobre suas relações com o saber e a memória da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Ancorado fundamentalmente na concretude dos sujeitos investigados o estudo alinha-se a compreensão de que a história escolar dos indivíduos é, dialeticamente, uma história social e singular, não havendo oposição entre ambas, uma vez que, conforme expresso por Charlot (2001) consiste, desde uma perspectiva sociológica, em uma história social e, numa perspectiva psicológica, em uma história singular.

A questão da relação com o saber em Bernard Charlot

Os esforços de Bernard Charlot voltados a problematizar de forma mais abrangente trajetórias de sucesso e de fracasso escolar impulsionaram estudos centrados

no questionamento dos modelos cristalizados de compreensão do fracasso escolar. À frente da equipe de pesquisa Educação, Socialização e Coletividades Locais - ESCOL, ligada ao Departamento das Ciências da Educação da Universidade Paris VIII cunhou na área educacional, na década de 1980, a expressão “relação com o saber” para referir-se às relações estabelecidas pelos sujeitos em sua relação com o mundo e com suas experiências escolares.

Em Charlot, considerados os limites das análises reprodutivistas que observam o fracasso escolar como uma determinação da origem social e das deficiências socioculturais dos estudantes e de seus familiares, o fenômeno do fracasso escolar é analisado desde a relação que se estabelece entre o saber e a escola, buscando compreender a importância das práticas de ensino nas salas de aula e as políticas específicas dos estabelecimentos escolares enquanto potenciais diferenciadores da reprodução das desigualdades sociais, bem como o motivo pelo qual alguns estudantes, mesmo vivendo em condições mais difíceis fora da escola, podem encontrar fonte de mobilização para superar as dificuldades e sentir prazer na relação com o saber produzido.

Ao empreender tais investigações Charlot (2000) contribui para o debate posto em torno do processo de humanização do sujeito e sobre como ocorre a educação das classes populares. Partindo da compreensão de que o ser humano tem como característica fundamental a incompletude posta pelo ato de nascer, toma a história singular e também a história da espécie humana como conjunto de relações e interações por meio das quais o sujeito ocupa um lugar, se percebe, interage com o mundo e com os outros.

Neste processo, segundo o autor, o sujeito está em constante confronto com a necessidade de aprender, o que se efetiva por meio da relação que estabelece com um objeto, um conteúdo de pensamento, uma atividade, uma relação interpessoal, um lugar, uma pessoa, uma situação, uma ocasião, uma obrigação, ou seja, consigo mesmo, com o outro e com o mundo, num longo caminho que nunca chega a ser completamente acabado, e o qual denomina educação. Nesta direção os estudos de Charlot dialogam com a perspectiva crítica de educação, a qual advoga a ideia do ser humano constituir-se no conjunto das relações sociais, assim como a educação fundar um ato passível de realização somente neste âmbito, o que nas palavras de Sousa (2010) significa considerar que as relações sociais são a essência genérica do ser humano, uma vez que este é um ser que se constrói no conjunto das relações e (trans)forma-se nas relações sociais que estabelece e que têm como fundamento o trabalho.

Com esta compreensão é possível afirmar que em Charlot a educação compõe-se de um tríplice processo firmado na hominização, socialização e singularização, o que pode ser tomado como capacidade de se produzir e de ser produzido em uma forma singular e socializada, o que para André e Junckes (2012) é interpretado como afirmação de ser o sujeito concomitantemente singular e social, o que por sua vez implica em apropriar-se do mundo com base na inter-relação de diferentes dimensões do saber: relação epistêmica, relação de identidade e relação social.

Inter-relações estas que não existem de maneira fragmentada, mas em “referência à história do sujeito, às suas expectativas, às suas referências, à sua concepção de vida, às suas relações com os outros, à imagem que tem de si e a que quer dar de si aos outros” (CHARLOT, 2000, p.72), o que supõe estar em relação com o outro

fisicamente em seu mundo, mas também de forma virtual, pois cada um carrega dentro de si o outro como interlocutor.

Tendo a compreensão exposta, Charlot (2000) favorece refletir sobre a ação de ensinar e aprender desde a perspectiva das relações com o saber, as quais são requeridas e mobilizadas em situações distintas pelo sujeito, tomado como alguém que interpreta e age no mundo.

À vista do exposto e considerando ser a memória uma produção histórico-social complexa e estruturada em cenários de disputas, conflitos e batalhas políticas, com sentido constituído dentro de um contexto subjetivo ancorado em experiências, marcos simbólicos e marcos materiais, mas também uma produção humana coletiva entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio em nível simbólico e pessoal, a investigação partiu do interesse em identificar as relações com o saber estabelecidas por jovens egressos da educação básica com o saber e com a memória da ditadura civil-militar brasileira.

A educação em memória em suas relações com o saber

Educar em memória implica na intencionalidade e materialidade de práticas pedagógicas em memória, o que significa canalizar esforços para lidar, desde a área educacional, com o desafio de abordar temáticas complexas e igualmente conteúdos traumáticos, como aqueles referentes às ditaduras sul-americanas.

Tal perspectiva se vincula por um lado ao ideário defensor da educação ter papel relevante na formação das novas gerações para a contraposição às violações de direitos humanos e a repetição de atrocidades, mas por outro a necessária superação de modelos excludentes e efetivo compromisso com práticas humanizadoras.

Nas palavras de Dussel (2002), significa “sentar as bases de la condena de cualquier otro intento dictatorial e genocida” (p.267). Tal perspectiva assenta fundamento no imperativo ético e moral da não repetição, o qual se evidencia por amplo prisma de cores e nuances, mas com maior ênfase desde as análises de Adorno (1995) sobre o papel da educação frente ao trauma causado pela regressão humana materializada em Auschwitz.

Para o pensamento adorniano o limite posto pelo atual sistema econômico dificulta profundas alterações nos pressupostos objetivos que legitimaram (e continuam a legitimar) o extermínio injustificável, massivo e burocrático de seres humanos o que, por sua vez, o faz defender a educação enquanto estratégia promotora de inflexão em direção ao sujeito, ou seja, ação capaz de fazer com que estes reconheçam e despertem uma consciência geral de contraposição a atos brutais.

Considerado o limite em atribuir à educação realizada em espaços formais, no atual momento histórico, a capacidade de formar sujeitos para a contraposição à barbárie, até mesmo por que dentro do sistema capitalista a lógica da valorização do capital reduz os seres humanos à forma utilitarista é asseverada a importância social da escola como território contraditório e espaço de ação concreta no qual se evidencia a disputa por diferentes projetos de sociedade e se materializa a possibilidade do acesso da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente produzido e a memória de grupos sociais aviltados.

Desta maneira, ressalvadas as proposições efetuadas por Adorno (1995) em relação aos aspectos do desenvolvimento psicológico dos seres humanos relacionados

à afirmação de identidades e contraposição a uniformização de pensamentos que resultem na barbárie humana, as atrocidades empreendidas no período ditatorial não trazem as marcas de mentes sádicas, ou identidades monstruosas, mas a objetivação de um sistema que desumaniza e impede a plena realização humana.

Portanto, um projeto educativo compromissado com a contraposição às forças sociais defensoras das graves violações aos direitos humanos ocorridas no período ditatorial mais do que se comprometer com a formação humana para a contraposição à tendência de regressão, ou seja, para coisificação da consciência que transforma os seus detentores em coisas, deve estar compromissado com a transformação da sociedade, o que significa contrapor-se à objetivação do ser humano enquanto mercadoria, pois como expressa a tradição marxiana, em relação à produção da mercadoria, “sua produção representa seu valor e seu valor só é considerado quando contribui para a acumulação do capital” (MARX, 1989, p.159).

No Brasil o debate em torno da relevância de educar em memória desde a escola tem se ampliado na última década, porém, em alguns países da América Latina, como Argentina e Chile, essa é uma discussão com maior escopo. No caso singular da Argentina a produção acadêmica é reconhecidamente significativa por expressar a herança da luta contra a ditadura, estar associada às políticas de reparação às violações cometidas pelo Estado autoritário e rechaço a enormidade de crimes cometidos na década de 1970. Para Amézola (2003), a questão da memória ingressou ao cenário educacional argentino desde o processo de reforma educacional posto em marcha a partir de 1993, o qual tinha como intenção formar as novas gerações para compreenderem o mundo em que se desenvolvem à luz de uma concepção democrática de cidadania.

De outra parte, é na década de 2000, com a implementação de políticas governamentais em direitos humanos, que a problemática da educação em memória alçou projeção ao ser vinculada a necessária justiça sobre os crimes ocorridos naquele período, sendo reconhecida como uma ação de contraposição à omissão do Estado ao longo da década de 1990.

No caso argentino, foi com a Lei Nacional de Educação no. 26.206/2006, sancionada e promulgada pela presidência, durante o governo de Néstor Kirchner, e a estruturação do Programa “Educación y Memoria: entre el pasado y el futuro”, implementado a partir de 2006 pelo Ministério de Educação da Argentina que a questão da memória passou a compor as ações das políticas públicas nacionais de educação naquele país.

Na conjuntura brasileira, o debate em torno da relevância da memória do período ditatorial ser tratada desde a escola emergiu das lutas por direitos humanos, verdade e justiça e, diferentemente da Argentina, se deu de maneira pulverizada e com menor apoio da população, ficando durante expressivo tempo restrito ao âmbito de grupos sociais representantes das vítimas do Estado autoritário.

Somente com a instituição do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos-PNEDH (2006) e do Programa Nacional de Direitos Humanos-PNDH3 (2009), durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, como fruto do compromisso do Estado Nacional Brasileiro com a concretização dos direitos humanos e constituição da Comissão Nacional da Verdade (2012), sob a presidência de Dilma Rousseff, a questão ganhou corpo e passou a constituir foco de maior interesse do campo educacional, inclusive com a formulação de propostas de formação de professores sobre a temática.

Esforços de diferentes setores têm tornado perceptível o interesse pela educação em memória tanto em espaços escolares quanto não escolares de educação, o que por sua vez impõe a necessidade de pensar as possibilidades e limites da prática pedagógica em memória e o papel da escola, por ser esta uma instituição criada como necessidade do capital no âmbito da reprodução das relações sociais de produção, mas também por constituir território em disputa por aqueles que acreditam na possibilidade do desenvolvimento de processos educativos que afirmem valores, atitudes, sentimentos e conhecimentos que concorram para a emancipação da classe trabalhadora.

Estudos de Raggio (2004) assinalam um duplo desafio para a promoção da educação em memória. De um lado a necessidade de considerar as plurais realidades que se apresentam na escola ou se expressam como reflexo da realidade social da qual faz parte, de outro as diferentes lógicas e práticas institucionais presentes nos diferentes níveis do sistema educativo.

Uma maior atenção às realidades que se apresentam no contexto escolar torna evidentes problemáticas relativas ao trato pedagógico com a memória recente de períodos conflituosos, uma vez que esta, mais do que outras, traz a complexidade de incidir sobre a vivência pessoal dos diferentes atores da escola, de suas famílias e seu grupo de pertencimento, sendo compreendida essencialmente como uma questão conflitiva.

A assunção do caráter conflitivo e controverso posto pelo fato da memória do período ditatorial ser um campo em disputa é passível de ser compreendido, em certa medida, por constituir uma temática de natureza política, a qual traz à tona marcas recentes da experiência dos docentes e discentes como vítimas ou familiares diretos de vítimas, como testemunhas, como protagonistas, como apoiadores diretos ou indiretos ou mesmo como expectadores complacentes, ou seja, como atores e herdeiros de um pesadelo.

Assumido o desafio de educar em memória e transmitir as gerações futuras o conhecimento referente a um passado marcado por violações dos direitos humanos, do qual uma nação democrática nada tem a orgulhar-se e, pelo contrário, revela a conduta social de muitos cidadãos ainda atuantes em diferentes espaços, é colocado para a escola a necessidade de tratar pedagogicamente a apropriação crítica de um saber que fala diretamente com e sobre o tempo presente e suas permanências na sociedade, com o terrorismo de Estado e com as mazelas advindas de um sistema no qual o ser humano é cotidianamente negado.

Em assim sendo, frente à complexidade do trato pedagógico com a memória do período ditatorial e tomada de Charlot (2005) a compreensão de ser o sujeito produtor de sentidos e significados sobre si e o mundo, se mostrou relevante à investigação realizada identificar as relações com o saber postas por egressos da Educação Básica, dado que o aprendizado constitui condição no processo de construção do sujeito, o que significa:

Aprender para viver com os outros homens com quem o mundo é compartilhado. Aprender para apropriar-se do mundo, de uma parte desse mundo, e para participar da construção de um mundo pré-existente. Aprender em uma história que é, ao mesmo tempo, profundamente minha, no que tem de única, mas que me escapa por toda a parte. (CHARLOT, 2000, p.53).

O desenvolvimento metodológico

Tendo como foco da investigação a compreensão das relações com o saber e a memória do período ditatorial desde a escola, os sujeitos da investigação constituíram-se

de estudantes concluintes e egressos da Educação Básica, regularmente matriculados no Projeto Socioeducativo Cursinho Popular, desenvolvido pela prefeitura de São Roque, município localizado no Estado de São Paulo, no ano de 2016.

O grupo investigado se compôs de estudantes com trajetórias escolares diferenciadas, oriundos da rede pública e/ou bolsistas do sistema particular de ensino, pertencentes a núcleos familiares com baixo rendimento financeiro, aglutinados em torno do interesse de ingressar em Instituições Públicas de Ensino Superior.

A coleta de dados se deu por meio de questionário estruturado e se procurou seguir o caminho já percorrido por outros estudos, que investigaram a relação com o saber, tomando como referência a produção de Broitman (2012) e André e Junckes (2012), as quais têm por base as contribuições advindas da experiência da equipe Educação, Socialização e Coletividades Locais - ESCOL criada em 1987, na França, por Bernard Charlot, a qual desenvolve investigações com base na metodologia do balanço do saber e estimula os sujeitos que participam da pesquisa a avaliarem os seus processos de aprendizagem.

Para tanto foram estabelecidas as seguintes dimensões de investigação: a) relação com a escola; b) relação com o estudo; c) relação com a memória do período ditatorial e d) relação com a memória do período ditatorial desde a escola.

O tratamento dos dados considerou as informações disponibilizadas na totalidade dos questionários respondidos, as quais foram agrupadas em concordância com a posição social objetiva dos sujeitos investigados, tendo para tanto sido estabelecido os seguintes critérios de classificação: a) nível de ensino; b) rendimento familiar e c) tipo de escola de origem.

Uma vez concluída a sistematização dos dados, foram envidados esforços para compreender o contexto político, econômico e cultural dos sujeitos investigados. Na etapa seguinte foi realizada a análise quantitativa e qualitativa das informações, uma vez que na perspectiva dialética estes não são excludentes, mas colaboram para a compreensão do todo, configurando este como o momento de apropriação da estrutura e dinâmica do objeto em estudo, como é em si mesmo, na sua existência real, sem, no entanto, desconsiderar a posição social subjetiva dos sujeitos, tal qual definição expressa por Charlot (2005) enquanto forma singular de dar sentido ao mundo e a si mesmo.

Os procedimentos realizados possibilitaram apreender relações manifestas pelos sujeitos da investigação no que tange a sua relação com o saber e a memória do período ditatorial. Passemos, então, à exposição e análise dos resultados alcançados.

Resultados evidenciados

A investigação mostrou que em relação ao rendimento familiar 70% dos estudantes declararam ser oriundos de famílias com rendimento salarial inferior a quatro salários mínimos e os outros 30% declararam ter rendimento familiar entre quatro e oito salários mínimos, sendo, portanto a maioria dos respondentes pertencentes a grupos sociais populares, marcados pela luta diária pela sobrevivência. Tal dado é de suma importância, pois possibilitou compreender, conforme afirma Charlot (2005), que mesmo havendo fatores exteriores que classificaram os estudantes como pertencentes a grupo social de origem popular, há entre os mesmos fatores subjetivos que os possibilitam interpretar de diferentes maneiras sua posição social.

Em relação à faixa etária foi evidenciado que 46,7% dos estudantes declararam ser menor de 18 anos e 53,3% declararam ter entre 18 e 21 anos. Não foram registrados estudantes com idade superior a 21 anos, o que por sua vez revelou que, mesmo sendo oriundos de classes populares, os mesmos conseguiram concluir os estudos dentro do tempo previsto como regular para a certificação na Educação Básica, porém o acesso ao Ensino Superior se mostrou um entrave ao prosseguimento dos estudos.

O fator idade também se revelou expressivo para o estudo em questão, uma vez que a totalidade dos estudantes declarou ter nascida após a publicação da Lei de Anistia (1979), o processo de transição do regime ditatorial brasileiro para o democrático (1985 - 1989) e a da promulgação da Constituição Cidadã (1988), não tendo, portanto, os sujeitos da investigação vivenciado o período ditatorial brasileiro, nem o processo de luta pela restauração democrática, sendo suas considerações construções subjetivas advindas de vivências herdadas e socialmente validadas.

Quanto ao nível de ensino a análise dos dados aponta que o grupo investigado foi composto por 40% de alunos egressos do Ensino Médio e 53,3% sequentes nesta etapa da Educação Básica, sendo ainda identificados 6,7% sem a especificação do nível de ensino, reiterando à afirmativa de estar assegurada a maioria a conclusão dos estudos básicos dentro do tempo definido pela legislação nacional, porém evidenciando ser o acesso ao ensino superior um desafio não resolvido e um direito não assegurado a significativa parcela da população brasileira.

Em relação ao tipo de escola em que iriam concluir ou já haviam concluído os estudos 86,7% dos respondentes afirmaram ser em escolas públicas, enquanto 10% em escolas particulares, nas quais têm o acesso assegurado por meio de algum tipo de auxílio financeiro, sendo que do conjunto de respondentes 3,3% não especificaram o tipo de escola em que estudaram.

Os dados contribuem para a compreensão do limite estabelecido por Charlot (2005) em relação às análises reprodutivistas, pois apesar do prosseguimento dos estudos constituir em exceção para os membros do grupo social do qual estes sujeitos são pertencentes, estes alçaram a continuidade dos estudos e se firmaram como agentes que estabeleceram diferentes posicionamentos em relação ao processo de reprodução social.

Relação com a escola

No que tange a relação com a escola foi averiguado, desde a perspectiva dos respondentes, o nível de importância atribuído a esta instituição. Para 96,7% dos estudantes entrevistados a escola é considerada muito importante, sendo que apenas 3,3% classificaram como importante, não havendo registro de entrevistados que consideraram a escola pouco importante.

O elevado índice de estudantes que manifestaram valorização do papel positivo da escola na vida das pessoas reforça a compreensão de que mesmo oriundos de grupos sociais, para os quais a educação é um privilégio e, não um direito assegurado, os estudantes não se colocaram passivamente como herdeiros do direito negado e se posicionaram pela valorização e reconhecimento do papel social da escola.

No que consiste ao nível de importância atribuída ao aprendizado realizado na escola para a própria vida foi identificado que 80% dos estudantes consideraram este aprendizado muito importante, enquanto 20% declararam ser importante, não havendo registro de pouca importância atribuída ao este tipo de aprendizado.

Quanto às motivações para ir à escola foram apresentados dados bastante diversificados, sendo que 44,7% relataram motivações relacionadas ao interesse em adquirir novos conhecimentos ou, ainda, assegurar uma boa formação. No que se refere às motivações de ordem pessoal foi identificado que 25,5% dos entrevistados manifestaram fatores dessa natureza.

Apesar do expressivo percentual de estudantes motivados por fatores pessoais, o índice de estudantes motivados por questões de ordem financeira foi superior, sendo registrados 29,8% de fatores relacionados a esta natureza.

Cabe salientar que a maioria dos estudantes apresentaram fatores de diferentes ordens, ou seja, as motivações para os estudos apresentam múltiplas configurações, mesclando fatores pessoais, financeiros e relacionados ao interesse em adquirir maior conhecimento. Tais expressões fortalecem a afirmativa de Charlot (2005), em torno da necessidade de se valorizar a trajetória singular de cada estudante.

Relação com o estudo

A maioria dos entrevistados, 53,3%, expressou alta motivação para os estudos, seguidos de 40% com média motivação e apenas 3,3% declararam ter baixa motivação, seguidos por 3,3% que não registraram seu nível de motivação.

Em relação às motivações para frequentar o Projeto Socioeducativo Cursinho Popular foram identificados múltiplos fatores, os quais foram agrupados em categorias aglutinadoras: a) motivações pessoais, b) motivações financeiras e c) motivações advindas da relação com a escola na Educação Básica.

Para 53% dos estudantes as motivações pessoais são imperiosas em seu compromisso com os estudos, já para 22% as motivações relacionadas ao próprio curso são mais importantes, 17% dos estudantes, por sua vez, declararam ser motivados por questões relacionadas às experiências vivenciadas na Educação Básica e, por fim, 8% relacionaram suas motivações a questões financeiras. Quando averiguadas as motivações referentes ao interesse em cursar o Ensino Superior também foram identificadas múltiplas modalidades, sendo as mesmas, conforme anteriormente realizado aglutinadas em categorias chaves: a) motivações decorrentes do mundo do trabalho, b) motivações pessoais, c) motivações relacionadas ao conhecimento e, d) motivações de ordem financeira.

Relação com a memória do período ditatorial

Uma vez estabelecidos os elementos que possibilitaram compreender as motivações dos estudantes em relação à escola e ao estudo, o foco da investigação passou a privilegiar a compreensão das relações estabelecidas pelos respondentes com a memória do período ditatorial, considerando ser este ponto de significativo interesse para os objetivos postos pela pesquisa realizada. Em primeira instância foi averiguado, junto aos estudantes, o nível de importância atribuído à memória do referido período.

Os dados evidenciaram ser a memória do período ditatorial brasileiro relevante para os estudantes, pois 46,7% dos entrevistados afirmaram considerar de grande importância, enquanto 43,3% disseram ser de importância, sendo que somente 6,7% atribuíram baixa importância à memória do período e 3,3% não fizeram especificação alguma.

Por sua vez, quando solicitado aos entrevistados informarem o nível de importância da memória sobre o período ditatorial para a sua atual visão de mundo foi evidenciado que 30% consideraram essa memória muito importante para sua atual visão de mundo, enquanto 63,3% consideraram importante e apenas 6,7% consideraram pouco importante.

Os dados apresentados possibilitam inferir que a memória do período ditatorial é algo valorizado pelos estudantes, dentre outros motivos, por possibilitar aos mesmos compreender o mundo atual.

Considerados os níveis de importância atribuídos à memória do período ditatorial e, percebida a relevância do mesmo para os estudantes, foram empreendidos esforços para identificar as estratégias utilizadas para acessar a memória do referido período.

Primeiramente, os dados explicitaram que as estratégias utilizadas são múltiplas e, para efeito de estudo foram agrupadas em duas categorias, a saber: a) estratégias pessoais e b) estratégias educacionais, sendo as primeiras desenvolvidas em espaços não escolares e a segunda, em espaços escolares. Quanto às estratégias pessoais predominaram aquelas relacionadas ao uso de recursos informacionais.

Uma vez identificadas as estratégias comumente utilizadas pelos estudantes para acessar a memória do período ditatorial, foi realizada a averiguação dos conhecimentos considerados relevantes para compreender o presente momento histórico, tendo sido elencados pelos mesmos: a) conhecimento referente à prática de censura; b) conhecimento referente à violação dos direitos humanos; c) conhecimento sobre o autoritarismo de Estado e violência das forças armadas; d) conhecimentos sobre a luta contra a ditadura; e) conhecimento sobre a prática de corrupção pelos ditadores; f) conhecimento sobre a manipulação da mídia; g) conhecimento sobre a interferência dos interesses internacionais na política nacional; h) conhecimento sobre a existência de arquivos ocultos; i) conhecimento sobre os planos econômicos implantados no período; j) conhecimento sobre ação dos militares.

A análise qualitativa dos dados possibilitou averiguar que mesmo havendo expressiva referência a conhecimentos que revelam o caráter autoritário e injusto do governo ditatorial, bem como a existência de práticas violadoras dos direitos humanos no referido período, ainda há entre a população brasileira desconhecimento sobre fatos históricos relativos à violação dos direitos humanos, bem como a aceitação e, até mesmo, defesa das arbitrariedades cometidas pelo Estado autoritário.

Tal constatação, não foi explorada em suficiência pela investigação realizada, mas aponta a necessidade de ampliar os estudos sobre o papel desempenhado pela escola frente ao fortalecimento e valorização da democracia, bem como sobre a permanência dos valores inculcados pela ditadura no imaginário social e ainda, sobre como se processa a educação em memória nos espaços escolares.

Em prosseguimento foi realizada a averiguação de que 100% dos estudantes consideraram de grande importância obter maiores informações sobre o período, tendo sido apresentado como justificativa diferentes necessidades, tais como: a) fortalecer a democracia; b) conhecer a história do país; c) promover os direitos humanos; d) aprender com os erros do passado; e) evitar que situações de violações dos direitos humanos se repitam; f) enfrentar práticas autoritárias presentes na sociedade atual; g) valorizar a memória das pessoas mortas e desaparecidas.

Tomado o interesse em obter maiores informações sobre a relação com o saber e a memória da ditadura civil-militar brasileira, foram empreendidos esforços na

direção de identificar elementos subjetivos relacionados à relação do estudante com a memória condizente ao referido período.

Os dados revelaram o caráter negativo expresso pelos estudantes em relação ao período ditatorial, predominando referências ao sentimento de revolta por ter o país sido submetido a tão aviltantes condições. De maneira majoritária os sentimentos se revelaram negativos e filiados aos traumas decorrentes de tal período.

Com vistas a compreender melhor as motivações dos estudantes para o conhecimento da memória do período ditatorial brasileiro foi solicitado aos mesmos apontarem os momentos mais significativos em que a temática foi tratada, ou vivenciada, na escola. 84,4% dos estudantes relataram ter vivenciado experiências significativas vinculadas à temática em contextos escolares, enquanto para 15,6% a escola não proporcionou momentos dessa natureza.

Considerações finais

O objetivo central da investigação foi identificar as relações estabelecidas por jovens egressos da Educação Básica participantes do Projeto Socioeducativo Cursinho Popular com o saber e com a memória do período ditatorial brasileiro. A pesquisa buscou compreender as relações estabelecidas por estes estudantes com a escola, o conhecimento e a memória recente do país.

O trabalho foi fundamentado na teoria da relação com o saber, desenvolvida por Charlot, a qual advoga que os sujeitos organizam o seu mundo e dão sentido à sua experiência, e em especial, à sua experiência escolar. Também compôs embasamento teórico da investigação a tradição marxiana por possibilitar uma melhor compreensão da concretude histórica dos sujeitos e favorecer a reflexão sobre as contradições que se colocam no cotidiano escolar.

Verificamos que mesmo compondo um grupo social popular os sujeitos da investigação interpretaram, desde a existência de fatores subjetivos, diferentemente de sua posição social, suas relações com o saber e com a memória do período ditatorial, porém quando averiguadas suas motivações para elevação da escolaridade, as relações estabelecidas ao longo do processo formativo apareceram secundarizadas quando comparadas às motivações relacionadas à concretude material.

A averiguação das relações estabelecidas com a escola evidenciou a valoração do papel social desempenhado por esta instituição na vida dos sujeitos, destacando-se que os mesmos a identificam como espaço de acesso a conhecimentos relevantes para suas vidas.

Quanto às relações estabelecidas pelos sujeitos com o estudo mostraram-se múltiplas, porém fortemente marcadas por necessidades relacionadas à posição social dos mesmos, sendo predominantes fatores relacionados ao mundo do trabalho, ao desejo de garantia de um futuro promissor e a melhores condições de vida.

Constatamos que para muitos dos sujeitos investigados a memória do período ditatorial brasileiro é de grande importância, bem como seu papel na constituição de suas atuais visões de mundo, porém o acesso à mesma é restrito, sendo em grande parte assegurado por ações pessoais vinculadas ao uso de recursos informacionais.

A relevância da memória do período ditatorial apareceu vinculada ao interesse por conhecimentos múltiplos, em grande parte associados a conteúdos históricos, midiáticos e referentes a violações dos direitos humanos, possibilitando inferir que

a escola trata dos mesmos de maneira insatisfatória e superficial, uma vez que é reconhecido pelos sujeitos investigados o seu próprio desconhecimento sobre a memória do período.

Apesar do flagrante silêncio presente nas instituições escolares e os incipientes esforços para educar em memória, a relação dos sujeitos investigados com a memória do período ditatorial demonstra que o fortalecimento da democracia, a promoção dos direitos humanos e o enfrentamento ao autoritarismo constituem práticas necessárias a um posicionamento contrário à valoração de governos autocráticos, antidemocráticos e negadores de direitos.

A identificação de pouca disponibilização de conhecimento sobre a memória do período ditatorial desde os contextos escolares revelou por um lado a necessidade de esforços sistemáticos para a formação de professores para o trato com a temática, mas por outro lado que o impacto de tais oportunidades causa marcas significativas nas relações estabelecidas pelos sujeitos com a memória da ditadura civil-militar, as quais passam a compor elementos significativos para as relações estabelecidas pelos mesmos com o mundo.

Por fim apontamos que a tese defendida por Charlot (2000) de que “não há sujeitos de saber e não há saber, senão em certa relação com o mundo” (p.63) e considerados os resultados da investigação, evidencia-se a importância de promover a educação em memória não em uma perspectiva meramente factual, revisionista ou relacionada a efemeridades, mas de maneira situacional possibilitando o acesso ao conhecimento historicamente produzido sobre o período, de maneira a contribuir para a apropriação o processo indentitário dos sujeitos e para a sua compreensão como agente histórico.

Se a relação com o saber também é uma relação com o mundo, para as camadas populares a educação em memória implica em uma possibilidade de relacionar-se com o mundo desde a renúncia de uma memória que não afirme seus interesses, que negue seus direitos e impossibilite ocupar um lugar social enquanto agente histórico que interage com o mundo e com os outros pautados pela valoração dos direitos humanos.

Deste modo, a investigação contribuiu para atingir os objetivos propostos e para compreender melhor a afirmativa de Charlot (2002) sobre ser a escola um lugar onde atuam professores interessados em ensinar conteúdos socialmente relevantes para alunos dispostos a adquirir saberes que os possibilitem compreender e agir no mundo.

Referências

ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: MAAR, T. W. **Educação e Emancipação** (pp. 119 - 138). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AMÉZOLA, G. D. La enseñanza escolar de la Historia del presente en la Argentina. **Revista de Teoría y Didáctica de las Ciencias Sociales**, no. 8, p.7-30, Enero - Diciembre, 2003. Mérida, Venezuela. Recuperado em 01 de março de 2016 de: http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/23983/1/gonzalo_amezola.pdf.

ANDRÉ, M.; JUNCKES, R. S. O professor formador e as relações com os seus saberes profissionais. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v.12. n. 36, maio/agosto, 2012, p. 511-527.

ARGENTINA. **Lei nº 26.206, de 27 de dezembro de 2006**. Ley de Educación Nacional. Orden del Día, Buenos Aires, DF, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

BRÖITMAN, C. **Adultos que inician la escolaridad**: Sus conocimientos aritméticos y la relación que establecen con el saber y con las matemáticas. 2012. 397p. Tesis de posgrado (Doctorado en Ciencias de la Educación). La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. En Memoria Académica, 2012.

Disponível em <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.899/te.899.pdf>.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CHARLOT, B. **Os jovens e o saber**: perspectivas mundiais. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARLOT, B. Relação com a escola e o saber nos bairros populares. **Perspectiva**, Florianópolis, v.20, n. Especial, jul/dez., p.17-34, 2002.

CHARLOT, B. **Relação com o saber**, formação de professores e globalização. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DUSSEL, I. La educación y la memoria. Notas sobre la política de la transmisión. **Revista Anclajes** (La Pampa), vol. VI, n. 6, parte II, diciembre, 267 – 293, 2002.

MARX, K. **Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana**. Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844. In: Coletânea organizada por Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1989.

RAGGIO, S. La enseñanza del pasado reciente: hacer memoria y escribir la historia en el aula. **Revista Clio & Asociados**, volumen 5. Universidad Nacional del Litoral, p. 95-111, 2004

SOARES, I. V. P. Desafios ao lidar com o legado da ditadura brasileira: e se usarmos os instrumentos protetivos dos bens culturais? Texto publicado originalmente em **60 Desafios do Direito**: Política, Democracia e Direito, Coordenadores Ana Claudia S. Scalquette e José Francisco Siqueira Neto, Volume 3, organizadores: Clarice Seixas Duarte e Daniel Nagao Menezes, Editora Atlas, 2013, p.54-65. **Revista Eletrônica do Ministério Público Federal**, Vol. 4, 2013.

SOUSA, J. D. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

Enviado em: 01/setembro/2017

Aprovado em: 10/agosto/2018

Ahead of print em: 16/outubro/2018